

“Congresso pode

Economia

Jornal de Brasília • 9

pulverizar investimentos”

Helival Rios

O Ministério da Economia abre esta semana uma maratona de contatos com os mais diferentes partidos, para garantir no Congresso Nacional a preservação dos pontos básicos da estratégia de desenvolvimento do Governo, constante do PPA — Plano Plurianual de Aplicações (1993-1995), o mais importante documento na hierarquia das programações orçamentárias oficiais.

Nos contatos que serão intensificados com os parlamentares, o Governo quer convencê-los a preservar as prioridades constantes do PPA e a linha básica da sua estratégia.

Em entrevista concedida ontem ao *Jornal de Brasília*, a diretora do Departamento Nacional de Planejamento e Avaliação, Cláudia Maria Costim, ressaltou que o Congresso é soberano para tomar suas decisões. O que o Governo quer, entretanto, é evitar que as emendas venham a pulverizar os recursos do Plano, neutralizando o seu poder de realização, pondo em risco toda a sua estratégia.

A pulverização de recursos feitas através de emendas que não tenham em vista uma conotação estratégica, segundo Cláudia Maria Costim, pode garantir recursos para a construção de uma *meia ponte*, mas evitaria que fossem construídas várias escolas, contrariando-se, assim, com “*várias meias pontes*”, toda a prioridade concedida à educação, por exemplo.

Cláudia Costim disse que já vem conversando há algum tempo com diversos parlamentares, não somente dos partidos que apóiam o Governo, mas também do PT e do PSDB, no sentido de alertar a to-

dos contra a desfiguração do Plano e contra a falta de racionalidade que seria voltar a se ter no País centenas de obras inacabadas.

Ela disse que a expectativa do Governo é de que o Congresso discuta a estratégia de desenvolvimento elaborada pelo Executivo para o País e as prioridades do Governo, preservando-se, contudo, a tática de se concentrar recursos em setores onde essa concentração gere eficiência. Os contatos do Governo serão intensificados após acerto da nova composição da Comissão de Orçamento no Congresso.

Diante de um quadro de recursos escassos, Cláudia Costim acha que tem de haver uma estratégia muito bem concebida na sua aplicação, concentrando-os onde a sociedade deseja, de modo a dar um tratamento de seriedade na aplicação do dinheiro público.

O Governo deseja também que os parlamentares atentem para o aspecto da harmonia entre os documentos da programação orçamentária — o PPA, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e os orçamentos da União (orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos). Uma onda de “*emendismo*” no Congresso, como costuma ocorrer em muitas ocasiões, poderá desfigurar completamente a harmonia dessas três peças. Daí a preocupação do Governo com o assunto.

A estratégia de desenvolvimento traçada pelo PPA surgiu a partir de todo um trabalho dos comitês temáticos, formado pelos diversos ministérios. Uma primeira proposta do plano foi encaminhada, em seguida, ao presidente Collor, a quem coube selecionar as cinco principais prioridades do seu Governo. É importante que o Con-

gresso discuta essas prioridades, a estratégia de desenvolvimento, mas preservando a racionalidade na aplicação de recursos do ponto de vista da sua eficácia.

As cinco grandes prioridades (ou grupos prioritários) definidas pelo Governo para o período 1993-1995, constantes do PPA são as seguintes: educação, ciência e tecnologia, abrangendo ação integrada para a criança e o adolescente, melhoria da qualidade da educação básica e capacitação científica e tecnológica; reforma agrária e incentivo à produção agrícola; recuperação e conservação do meio ambiente rural e urbano, envolvendo o zoneamento ecológico-econômico para a ordenação do território nacional; consolidação e recuperação da infra-estrutura; e abertura e modernização da economia.

O PPA considera que o Brasil tem, principalmente, quatro grandes vantagens para assegurar condições favoráveis ao seu desenvolvimento: grande potencial de mercado interno, razoavelmente integrado, comparado aos das nações desenvolvidas, embora limitado pela concentração de renda; base industrial diversificada; capacitação científica e tecnológica já alcançada em alguns nichos; e grande amplitude e diversidade em reservas de recursos naturais.

Entre os principais obstáculos ao processo de desenvolvimento brasileiro, o PPA ressaltava a deterioração e obsolescência da infra-estrutura econômica básica; a crise dos sistemas de educação e de ciência e tecnologia; a pobreza absoluta e o elevado déficit social; e, finalmente, o déficit público acumulado na última década.